

Índios¹⁹⁰ querem expulsar sem-terra no Distrito Federal

Brasília (AE) — Uma gleba de 312 hectares de terra, vizinha ao Parque Nacional de Brasília, está provocando um conflito entre índios e trabalhadores rurais sem-terra. A área, localizada próxima à cidade satélite de Brazlândia (DF), faz parte das fazendas Palma e Rodeador, que estão sendo reivindicadas pela União em um litígio que já dura mais de 35 anos.

Em setembro do ano passado, 72 famílias de sem-terra ocuparam o local, chamado Condomínio Morada dos Pássaros. De posse de uma sentença do juiz Jamil Rosa de Jesus, da 14.ª Vara Federal de Brasília, que considera os cerca de 15 mil hectares das duas fazendas devolutos (sem dono), eles instalaram suas barracas de lona preta e plantaram gêneros de subsistência. Para que o assentamento possa ser regularizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ainda falta o julgamento de um recurso pelo Superior Tribunal de Justiça.

No último sábado, um grupo de 11 índios Funiô, de uma tribo próxima ao município de Águas Belas (PE), também passou a reivindicar a gleba. Eles chegaram ao acampamento no início da manhã, com o corpo

pintado e vestindo tangas, cocares e adereços típicos, em um veículo utilitário Besta alugado. Traziam nas mãos arco e flechas, garrafas plásticas com água e pacotes de bolachas.

Dependuraram nas cercas do sítio três faixas com os dizeres "Memorial Galdino Pataxó". Em seguida, avisaram os sem-terra que outros 150 pataxós, amigos e parentes do índio que foi morto no ano passado ao ser incendiado por jovens de Brasília, estavam a caminho. "Queremos construir aqui um memorial para o Galdino e um parque ecológico para abrigar os índios que vierem a Brasília", avisou o vice-pajé dos funiô, Bengo Tafyá. "Temos que ficar longe da cidade para não queimar mais índio", justificou, alegando ter escolhido aquela área para ponto de apoio dos índios antes da ocupação e junto com o próprio Galdino.

Os sem terra — ligados ao Movimento Brasileiro dos Trabalhadores

Sem Terra (MBST), um grupo alternativo ao MST, fundado há quatro anos no Distrito Federal — não reagiram. Chamaram a polícia militar e a Funai, que só chegaram no início da tarde, quando o clima estava tenso, com os índios cercados por dezenas de sem-terra carregando enxadas e facões. "Nós vamos fazer o possível para evitar confusão, mas não tem

chance deles ficarem aqui", avisou o líder do MBST Nícinho Alves.

Ele acusa o presidente do Aero Clube de Brasília, Paulo Roberto Marques Leal, de estar manipulando os índios. Segundo Alves,

o Aero Clube pretende se apropriar da área para instalar ali sua sede. "Ele já nos ameaçou dizendo que, se o Aero Clube perdesse a área, nossas cabeças estariam a prêmio", denunciou. A chegada dos representantes da Funai tranqüilizou o ambiente. Eles conseguiram convencer os índios a deixar a propriedade e promoveram aos sem-terra investigar o

assunto. Mas os funiô não desistiram de voltar na quarta-feira com o reforço dos pataxó.

"Se eles continuarem aqui, já vai ser mais diferente", ameaçou o vice-pajé Tafyá. "Se os sem-terra têm direito de invadir, porque nós, como legítimos donos da terra, não temos?", protestou. "Quando branco invade a terra do índio, eles expulsam à flecha", rebate o líder dos sem-terra. "Por que aqui tem que ser diferente?"

Após conversar com os índios, o vice-presidente da Funai, Otacílio Antunes, disse acreditar que eles estejam sendo manobrados por alguém com interesse nas terras. "Essa questão ainda não está clara, mas não faz sentido essa história de memorial e ponto de apoio", duvidou, garantindo que a Funai assumirá a responsabilidade sobre o assunto. "Até para preservar a integridade física e cultural dos índios", justificou.

Depois que os índios foram embora, os sem-terra retiraram as faixas que anunciavam o memorial Galdino Pataxó e cantaram o Hino Nacional de mãos dadas. "Memorial por memorial, a gente pode erguer o Memorial 17 de Abril, para lembrar o massacre de Eldorado de Carajás", comentou um assentado.

A regularização do assentamento ainda depende de uma decisão do STJ